

PREVIDÊNCIA

Oito senadores debatem reforma e pedem mudança

Regra de transição entre o atual e o futuro sistema e manutenção da paridade do reajuste dos aposentados com o dos servidores da ativa são as principais reivindicações em Plenário

Páginas 4 e 5



Roosevelt Pinheiro



Márcia Kolumbe

DISCUSSÃO No Plenário, os senadores analisam a reforma da Previdência. Na Sala 2 da Ala Nilo Coelho, parlamentares da oposição participam de ato em defesa do serviço público

Combate ao tráfico de animais dá medalha a Denner Giovanini

Homenagem do Congresso Nacional concedida por Sarney reconhece iniciativa que se tornou modelo para a América Latina e o mundo. Denner Giovanini está sendo homenageado também pelas Nações Unidas

Página 3



Genaldio Mangela

COMPROMISSO
Denner Giovanini agradece a homenagem, que pretende transformar num "signo de amor à vida"



Tributária não terá obstrução até o dia 11

Promessa foi feita pelos líderes do PSDB e do PFL, em reunião com o presidente da CCJ, Edison Lobão.

Página 5

Agenda



Prossegue discussão da reforma da Previdência

O Plenário realiza hoje, a partir das 14h30, a terceira sessão de discussão da reforma da Previdência (PEC nº 67/03). Os senadores também examinam projeto que dispõe sobre o quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas (PLC nº 65/03); e proposta que trata do regime de permissão e utilização de radioisótopos, além da pesquisa e comércio de minerais, minerais nucleares e derivados (PEC nº 7/03).

Sarney anuncia programa de restauração de livros

O presidente do Senado, José Sarney, anuncia hoje, às 11h30, o início do programa para restauração de obras raras da Biblioteca do Senado Federal, em convênio com a Universidade de Brasília. Na ocasião será aberta

a exposição "Documentos e Livros: Conservação e Restauração". Haverá também o lançamento do livro *De como as histórias do mundo podem escapar do monstro do esquecimento*, de Celina Cavalcanti, Eliana Lobo e Emiliana Brandão.

Cota para aluno carente em universidade

A Comissão de Educação vota hoje, às 10h, projeto que trata da reserva de vagas para alunos carentes nas universidades públicas (PLS nº 215/03). Serão discutidas ainda a proposta permitindo às instituições de ensino superior a dedução de despesa com concessão de bolsa de estudo para aluno praticante de modalidade olímpica (PLS nº 328/03) e a medida que modifica a Lei de Execução Penal para instituir o ensino médio nas penitenciárias (PLC nº 95/02).



Reforma sindical em debate na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discute a reforma sindical hoje, às 11h, com a presença dos presidentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho; da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva; da Confederação Geral dos Trabalhadores, Antonio Carlos dos Reis; e da Social Democracia Sindical, Enilson Simões de Moura.



Comissão de Fiscalização e Controle examina requerimentos

A reunião de hoje da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), às 11h30, está destinada ao exame de requerimentos dos parlamentares e de avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre

auditorias feitas pelo órgão. Às 15h, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual reúne-se, em caráter reservado, para tratar de assuntos administrativos.



Votação de destaques na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) discute hoje, às 10h, projeto que dispõe sobre a criação de 183 varas destinadas à interiorização da Justiça Federal de 1º Grau (PLC nº 80/03). O colegiado também vota destaques ao relatório de Romero Jucá (PMDB-RR) para a reforma tributária (PEC nº 74/03).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



RELATOS Bernardo Cabral (E) e Mauro Benevides, respectivamente relator e vice-presidente da Constituinte, falam na abertura do evento

Seminário discute os 15 anos da Constituição

A promulgação da Constituição federal em 5 de outubro de 1998 consolidou o processo de democratização do país, destacou ontem o ex-senador Bernardo Cabral, que na época era deputado federal e relator da Assembleia Nacional Constituinte. Ele falou minutos antes da abertura solene do seminário "15 anos da Constituição Federal Brasileira", realizado no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal.

Cabral disse lamentar a quantidade de emendas votadas desde a promulgação da Constituição, que transformou a Carta Magna em um "canteiro de obras". Já o 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), considerou natural ao trabalho do legislador apresentar emendas constitucionais.

O diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, lembrou que, por ocasião da promulgação da Carta, era diretor da área do Senado responsável pela impressão dos textos produzidos pelos parlamentares. Agaciél relatou histórias ocorridas naquele período, destacando que 2 mil toneladas de papel foram transformadas em impressos e finalmente na nova Constituição.

A cerimônia foi presidida

pelo deputado federal Mauro Benevides (PMDB-CE), que foi vice-presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Bernardo Cabral proferiu palestra sobre a elaboração da Carta Magna, contando detalhes da preparação do texto que mudou a história do país. "Sem a Constituição, os valores em que se deve espelhar a sociedade ficam constantemente ameaçados", declarou.

Cabral disse ainda que não formulará juízo de valor sobre a declaração do ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, que afirmou recentemente que artigos foram incluídos na Constituição sem terem sido votados pelos parlamentares. "Não conheço quais foram esses artigos incluídos sem conhecimento e votação do Plenário", assinalou.

O seminário segue até amanhã e contará com a presença de juristas como Paulo Brosard, ex-ministro da Justiça; Paulo Kramer, professor da Universidade de Brasília (UnB); e João Paulo dos Reis Velloso, ex-ministro do Planejamento. O evento é promovido pelo Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo (Unilegis).

Senado renova convênio com municípios

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) firmou convênio ontem com a Associação Brasileira de Municípios (ABM) para dar continuidade ao programa *Canal do Município*, veiculado pela TV Senado entre 2001 e 2003. A produção, voltada para a formação de servidores das câmaras de vereadores e prefeituras, terá seu tempo de duração ampliado.

Participaram da assinatura do convênio o diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, o diretor-executivo do ILB, Florian Madruga, e o presidente da ABM, José do Carmo Garcia.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Gerardo Magela

RECONHECIMENTO Sarney entrega a Medalha do Congresso Nacional a Denner Giovanini, que também receberá prêmio da ONU

Congresso homenageia protetor de animais

Numa cerimônia realizada no Salão Nobre, o presidente do Senado, José Sarney, outorgou ontem a Medalha do Congresso Nacional a Denner Giovanini, fundador e coordenador-geral da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas).

Junto com o chinês Xie Zhenhua, diretor-executivo do Conselho Chinês para a Cooperação Ambiental, Denner Giovanini foi agraciado neste ano com o Prêmio Sasakawa, oferecido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

Os dois laureados devem receber o prêmio das mãos do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, no próximo dia 19, numa cerimônia que se realizará na Sociedade Histórica de Nova York.

Giovanini foi homenageado pelo trabalho que vem realizando para deter o tráfico ilegal de animais silvestres, iniciativa que se tornou um modelo para a América Latina e para o mundo. De acordo com Denner Giovanini, no Brasil 38 milhões de animais são

retirados anualmente da natureza para serem vendidos.

Ao conferir a medalha, Sarney afirmou que o prêmio outorgado iguala Giovanini a Chico Mendes, o outro brasileiro que recebeu essa homenagem da ONU. E acrescentou que “a comparação é justa, pelo agigantamento a que uma pessoa pode se erguer na dedicação pessoal a uma causa. Como Chico Mendes, Giovanini leva o Brasil à cena internacional, chamando a atenção para os nossos graves problemas, mas ao mesmo tempo para nossa capacidade de enfrentá-los, com a mobilização de toda a sociedade”.

Giovanini disse que estar no Senado recebendo essa homenagem “é algo que talvez uma pequena minoria consiga desejar, mas a grande maioria dos ambientalistas não consegue sequer sonhar”. Ele também salientou que esse momento significa uma nova descoberta – a de que todos os sonhos podem se concretizar. Ele prometeu se esforçar para transformar a medalha do Congresso num signo de amor à vida.

Ambientalistas pedem o apoio de Sarney a emendas

Logo após a cerimônia em que outorgou a Denner Giovanini a Medalha do Congresso Nacional, o presidente do Senado, José Sarney, reuniu-se com um grupo de parlamentares e ambientalistas, preocupados em fazer aprovar, na proposta de reforma tributária, emendas destinadas a preservar o meio ambiente.

Reuniram-se com Sarney, no próprio Salão Nobre do Senado, os senadores Fátima Cleide (PT-RO), Eduardo Azeredo

(PSDB-MG), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Sibá Machado (PT-AC), além dos deputados Sarney Filho (PV-MA) e Hamilton Casara (PSDB-RO).

Fátima Cleide é autora de três emendas à reforma tributária e pediu o apoio de Sarney para que elas sejam aprovadas. Entre as emendas propostas pelos ambientalistas, está a idéia de desonerar o setor produtivo, desde que ele priorize medidas voltadas para a proteção do meio ambiente.

Plenário aprova rodízio para o exame de MPs

Proposta muda situação em que medidas provisórias começam a tramitar sempre pela Câmara

Em primeiro turno, o Plenário do Senado aprovou ontem proposta da emenda à Constituição que estabelece sistema de rodízio para o exame inicial de medidas provisórias (MPs) entre a Câmara dos Deputados e o Senado. Atualmente, as MPs sempre começam a tramitar pela Câmara, o que, na opinião dos senadores, dá àquela Casa poder maior de decisão em relação às medidas provisórias. O segundo turno de votação da PEC ainda será marcado.

De acordo com o relator da proposta (PEC nº 27/03), sena-

dor José Jorge (PFL-PE), o Senado tem sido prejudicado na discussão das MPs. É que, quando chegam à Casa, as MPs têm de ser votadas logo – caso contrário a pauta de votações é trancada. Em média, a Câmara tem levado 65 dias no exame de MPs, ao passo que no Senado esse exame não excede a média de nove dias.

– Essa PEC refaz o equilíbrio entre as duas Casas – disse.

Para Demostenes Torres (PFL-GO), além de o Senado nunca dar a palavra final em matéria de medidas provisórias, os acordos com os deputados acerca das MPs são frequentemente desrespeitados. Os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Hélio Costa (PMDB-MG), José Agripino (PFL-RN), Renan Calheiros (PMDB-AL), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Romero Jucá

(PMDB-RR) também saudaram a perspectiva de maior equilíbrio entre a Câmara e o Senado no exame de MPs.

ANA

O Plenário encerrou ontem a discussão do projeto de lei da Câmara que dispõe sobre o quadro de carreira da Agência Nacional de Águas (ANA). A matéria (PLC nº 65/03) será votada na sessão plenária de hoje. Segundo a relatora do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), a proposta estabelece a realização de concurso público para o preenchimento de diversos cargos que hoje são ocupados por meio de contratos temporários. Serão abertas 239 vagas de especialista em recursos hídricos, 27 vagas de especialista em geoprocessamento e 84 vagas de analista administrativo.

Facilidade para financiar iluminação pública nos estados

O Plenário do Senado aprovou ontem parecer favorável – sob a forma de substitutivo do senador Delcídio Amaral (PT-MS) – ao projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que amplia as possibilidades de financiamento de sistemas públicos de iluminação a estados e municípios (PRS nº 43/01).

O texto aprovado estabelece que as operações de crédito contratadas pelos estados, Distrito Federal e municípios no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz) não contarão para o limite de endividamento dessas esferas da administração. Aprovado pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o substitutivo foi votado em regime de urgência no Plenário e segue para promulgação.

Segundo o relator, o projeto de Paim vai permitir o financiamento de medidas de conservação de energia da rede nacional de iluminação pública, “gerando ganhos de eficiência e conseqüente redução nas despesas dos municípios”. A proposta também vai regularizar o financiamento da compra de luminárias pelos municípios.

O projeto estabelece ainda a possibilidade de os entes que realizaram operações de crédito sem autorização prévia do Ministério da Fazenda regularizarem sua situação.



Roosevelt Pinheiro

Paulo Paim é autor de proposta que também beneficia municípios

Empréstimo do Bird garante reforma do setor elétrico

O Plenário do Senado autorizou o governo a realizar empréstimo externo no valor de US\$ 12,12 milhões junto ao Banco Mundial (Bird) para o financiamento parcial do Projeto de Assistência Técnica ao Setor Elétrico Brasileiro (Estal). A decisão refere-se ao Projeto de Resolução nº 54/03, que recebeu parecer favorável na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do senador Fernando Bezerra (PTB-RN). A matéria vai à promulgação.

No seu parecer, Fernando Bezerra explica que o objetivo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao encaminhar o projeto para o Senado é auxiliar o governo no programa de reformas do setor elétrico nas áreas de desenvolvimento do mercado e regulação, tarifas para consumidores de baixa renda, universalização do atendimento, gestão do meio ambiente e planejamento de longo prazo da expansão da capacidade. De acordo com o senador, o custo total do projeto alcança US\$ 20,12 milhões, sendo que estão previstas contrapartidas nacionais equivalentes a US\$ 8 milhões.

Contas

Os senadores aprovaram também as contas dos presidentes da Justiça federal relativas ao exercício de 2000, de acordo com projeto de decreto legislativo (PDL nº 668/03) que recebeu parecer favorável do relator, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), na Comissão Mista de Orçamento (CMO). A matéria será agora encaminhada ao exame da Câmara de Deputados.

Senadores querem mudar reforma da Previdência

No segundo dia de discussão, em Plenário, da reforma da Previdência, oito senadores ocuparam a tribuna e foram unânimes em pedir mudanças na proposta do governo. Eles insistiram na manutenção da paridade para os atuais servidores públicos e defenderam a existência de fase de transição entre o atual e o futuro sistema de aposentadoria do funcionalismo. Uma das palavras mais repetidas foi “injustiça”.

Pelo menos um senador do PMDB e um do PT, que até então não haviam se manifestado



Fotos: Roosevelt Pinheiro

publicamente, pediram ao governo que negocie a manutenção da paridade – mecanismo que garante aos aposentados reajustes idênticos aos dos funcionários da ativa. São eles Ramez Tebet (PMDB-MS) e Flávio Arns (PT-PR). A reforma da Previdência voltará a ser discutida na sessão de hoje. No fim do dia 11, a proposta retornará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para votação das emendas que estão sendo apresentadas em Plenário.

FLÁVIO ARNS



Servidores apontam falta de diálogo

O senador Flávio Arns (PT-PR) afirmou que recebeu servidores públicos em sua casa, no Paraná, que lamentaram “a falta de diálogo” do governo na discussão da reforma da Previdência. A maior reclamação, relatou, é a falta de mecanismo de transição entre o atual e o novo sistema de aposentadoria dos servidores.

– Eles me disseram que até o governo Fernando Henrique Cardoso respeitou a expectativa de quem já era servidor quanto à paridade. Eles me pediram para votar a reforma que defendi no governo passado. Eles dizem que programaram suas vidas e, depois de quase 35 anos de serviço, chega o governo e diz que aquilo não vale mais. É uma injustiça.

SÉRGIO CABRAL

Cobrar 11% dos aposentados é covardia

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) entende que o governo está ferindo direitos adquiridos ao tentar cobrar, com a reforma em tramitação, contribuição previdenciária de 11% sobre aposentadorias e pensões.

– É uma covardia extrema o que vão fazer com os aposentados. É verdade que existem absurdos previdenciários que têm de ser eliminados, mas a grande massa de aposentados do serviço público ganha pouco. A reforma vai tirar dos aposentados do Rio de Janeiro meio bilhão de reais por ano.

Ele criticou a tentativa de apresentar os servidores públicos como “os grandes culpados” dos problemas do país. A crise, ressaltou, é causada pelas dívidas públicas do Estado brasileiro.



RAMEZ TEBET



País precisa de mudança, não de injustiça

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou durante discussão da reforma que os “senadores clamam por transição e paridade” e que, se o governo ceder nesses dois pontos, “eles não vão inviabilizar a reforma”. Tebet concorda que o país precisa da reforma para resolver problemas econômico-financeiros, mas advertiu que o governo “não pode cometer injustiças” e deve ter cuidado “para não colocar algum ponto com insegurança jurídica”.

Tebet ponderou que a reforma, por não conter fase de transição, “comete a injustiça” de obrigar um servidor ao qual falta um ano para se aposentar a trabalhar mais e não receber, quando se aposentar, os mesmos reajustes dos ativos.

EFRAIM MORAIS

Governo engana quem ganha pouco

O senador Efraim Moraes (PFL-PB) utilizou dados do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) para afirmar “que o governo está enganando” quando diz que quem ganha pouco não será afetado pela reforma da Previdência.

Conforme os cálculos, o servidor que recebe hoje R\$ 1.200 vai receber R\$ 650 quando se aposentar, após serem feitos os descontos.

– Essa reforma parece coisa de mágico amador, inexperiente. Faz desaparecer o salário, sem conseguir depois recompô-lo na aposentadoria. Daqui a alguns dias vão querer fazer a mágica de desaparecer os servidores públicos, pois eles parecem incomodar o governo – ironizou Efraim.



PAULO PAIM



Entendimento com o Executivo ainda é possível

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse que os senadores ainda podem fazer “um grande entendimento” com o governo sobre a reforma da Previdência. Ele criticou dois pontos do projeto – a falta de paridade para os atuais servidores e de uma fase de transição entre o atual e o novo sistema de aposentadoria do serviço público.

– A reforma está punindo os pobres que começaram a trabalhar cedo, muitos aos 15 anos, porque terão de se aposentar aos 60 anos. Já os ricos, que ficaram aproveitando sua juventude e só começaram a trabalhar aos 25 anos, terão o mesmo tratamento. Do jeito que está, o pobre terá de trabalhar 45 anos para se aposentar e os ricos, 35 anos. É uma injustiça.

MÃO SANTA

Cobrança de dívidas ajuda a solucionar crise

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou “o núcleo duro do Palácio do Planalto” pela “ignorância audaciosa” na reforma da Previdência. Para ele, “se o presidente Lula cobrar as dívidas de R\$ 176 bilhões que a Previdência tem a receber, a economia dará um século de reforma da Previdência”.

– Esse núcleo duro do governo não tem experiência. Eles estão derrubando os pobres. Pois quem é que vai querer ser médico do governo depois da reforma? Médico do governo só atende gente pobre. Só filho de rico vai ter escola e saúde nesse Brasil.

Ele também criticou a emenda paralela da Previdência (em que estão as mudanças que o governo aceita na reforma).



Ato público repudia propostas do Planalto

Representantes de entidades dos servidores e 16 senadores do PFL, PSDB, PDT, PT e PMDB reuniram-se na noite de ontem durante ato em defesa do servi-

ço público e contra a proposta de emenda à Constituição (PEC nº 67/03) da reforma da Previdência. A emenda paralela (PEC nº 77/03), idealizada pelo PT para acolher peque-

nas alterações à reforma, também foi alvo de críticas dos participantes.

Estiveram no ato os senadores Efraim Moraes (PFL-PB), Jefferson Péres (PDT-AM), Jorge Bor-

nhausen (PFL-SC), José Agripino (PFL-RN), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Paulo Octávio (PFL-DF), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Romeu Tuma (PFL-SP),

Jonas Pinheiro (PFL-MT), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Paulo Paim (PT-RS), Heloísa Helena (PT-AL), César Borges (PFL-BA), Mão Santa (PMDB-PI) e Heráclito Fortes (PFL-PI).

REFORMAS

Alvaro Dias e Heloísa Helena criticam proposta do governo. Colegiados aprovam emendas à reforma tributária

ALVARO DIAS

Qualidade do serviço público vai desabar

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) previu que “a qualidade do serviço público vai desabar” no Brasil se o governo insistir em não aceitar mudanças na reforma da Previdência.

– Sem garantia de aposentadoria, nenhum profissional competente vai querer ser professor universitário, pesquisador, promotor, juiz, procurador ou médico do governo. Um bom profissional vai ficar na iniciativa privada e fazer seu pé-demeia para viver bem na aposentadoria – afirmou.

Para ele, a cobrança de contribuição previdenciária de inativos é uma agressão aos direitos adquiridos.

– A Ordem dos Advogados do Brasil diz que vai questionar essa cobrança na Justiça – informou ele.



Roosevelt Pinheiro

HELOÍSA HELENA



Roosevelt Pinheiro

Mudança foi exigência do Banco Mundial

Num discurso em que chegou a chorar, a senadora Heloísa Helena (PT-AL), em processo de expulsão do partido, disse que as reformas do governo “não fazem nenhuma mudança verdadeira no Estado brasileiro” e foram enviadas ao Congresso por exigência do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

– Eu pesquisei. Está nos acordos assinados desde o governo Fernando Henrique. Como não dá para arrecadar mais, o governo resolveu cortar gastos sociais – disse ela.

Heloísa ressaltou que a reforma que está sendo proposta não é a que o PT sempre defendeu, constituindo-se apenas “em mais uma transferência de dinheiro para o capital financeiro”.

Comissão vota emendas em favor da cultura

A Comissão de Educação (CE) e a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática aprovaram ontem as emendas a serem apresentadas à proposta de reforma tributária. Entre elas, está a que retira do alcance da Desvinculação das Receitas da União (DRU) os recursos destinados à educação, cultura, esporte, ciência e tecnologia.

O senador João Capiberibe (PSB-AP) apresentou sugestão de emenda, que também foi aprovada, determinando que em um prazo de três anos os recursos destinados à educação estejam totalmente fora da DRU.

A proposta inicial, desligando gradualmente os recursos da DRU, foi apresentada pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). O relator considerou a iniciativa “pragmática”, já que permite uma abertu-

tura de diálogo com o governo para que, até 2006, os recursos destinados à educação sejam garantidos na sua integralidade.

Na semana passada, a CE e a Subcomissão de Cinema aprovaram, por unanimidade, emenda que garante a manutenção, em caráter permanente, dos incentivos fiscais para a cultura. O texto da reforma aprovado pela Câmara determina o fim dos incentivos fiscais concedidos à cultura em 2007. Mas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o relator da proposta, senador Romero Jucá (PMDB-RR), ampliou o prazo para 11 anos.

Presidente da CE, Osmar Dias (PDT-PR) defende a manutenção dos incentivos concedidos pelas Leis Sarney e Rouanet, que representam 40% do dinheiro que financia a cultura.



José Cruz

PROTEÇÃO Senadores querem garantir recursos para setores como esporte, educação, ciência e tecnologia

Tributária fica sem obstrução até o dia 11

Os líderes partidários marcaram para hoje, às 9h, uma nova reunião no gabinete do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), para definir como será feita a votação dos 436 destaques à reforma tributária na CCJ, a partir das 10h. Os líderes do PFL, José Agripino (RN), e do PSDB, Arthur Virgílio (AM), comprometeram-se a não obstruir a tramitação da reforma tributária pelo menos até o dia 11, terça-feira da semana

que vem, e a tentar votar todos os destaques até esta sexta-feira.

Agripino e Arthur Virgílio participaram de reunião no fim da tarde com os demais líderes, no gabinete de Lobão – faltaram apenas os líderes do PMDB, Renan Calheiros (AL), e do PDT, Jefferson Péres (AM) –, e saíram criticando duramente a postura do governo.

– O governo está brincando de primeiro aluno do FMI e do Banco Mundial, ao aumentar de forma irresponsável a Cofins à base de medida provi-

sória – disse Agripino, enfatizando que houve o rompimento de um acordo em torno de 16 pontos entre as lideranças no Senado, cujo princípio era o não aumento da carga tributária.

Virgílio disse que seria muito mais honesto da parte do governo expor claramente quais as necessidades fiscais imediatas, que precisariam ser aprovadas com urgência para o ano que vem, e haveria um acordo.

– Mas preferiram mentir, anunciar que fariam uma reforma tributária

definitiva e estrutural, o que não é verdade. Temos apenas um brutal aumento de carga tributária travestido de reforma.

Por sua vez, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), garantiu que as duas reformas, a tributária e a da Previdência, estarão aprovadas até 17 de dezembro.

– Já na próxima quarta-feira, dia 12, as emendas à reforma da Previdência estarão sendo votadas na CCJ, e até esta sexta, dia 7, a CCJ encerrará a votação de destaques da reforma tributária – previu.



Márcia Kollme

ALTERNATIVAS Combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes foi discutido em videoconferência

CPI debate com relator da ONU exploração sexual

A CPI mista que investiga as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes vai propor acordo bilateral com instituições ligadas ao tema no Paraguai e no Uruguai para combater o aliciamento de menores nas fronteiras com o Brasil. A idéia foi apresentada pela relatora da CPI, deputada Maria do Rosário (PT-RS), durante videoconferência com o relator da Organização das Nações Unidas (ONU), Juan Miguel Petit, encarregado de investigar crimes contra crianças no Brasil.

A presidente da comis-

são, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), e a relatora entregaram ao representante da ONU relatório com as atividades da CPI. O documento, que descreve casos de exploração sexual e reúne recomendações, pode ser acessado pela página da senadora na Internet: www.senado.gov.br/web/senador/patriciassaboyagomes.

A conferência, realizada no Auditório Interlegis, teve o apoio da Subcomissão dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, da Câmara dos Deputados.

Mercadante pede pacto contra o crime organizado

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), propôs ontem em Plenário a formação de um pacto suprapartidário de combate ao crime organizado. Para justificar sua proposta, leu cronologia dos atentados registrados contra a polícia de São Paulo nos dias 2 e 3 deste mês, publicada pela *FolhaOnline*.

– Não é o momento de a oposição ficar criticando o governo, mas de unir-se no esforço contra a violência dos chefões do crime, que estão afrontando o Estado – disse Mercadante.

A cronologia inicia-se com um atentado a um posto policial comunitário, no centro da capital paulista, às 2h40 do dia 2 e, depois de dez ocorrências, termina com a descoberta de uma granada colocada em um distrito policial da zona sul, na madrugada do dia 3.

O líder do governo lembrou que, nos últimos oito anos, 1.327 policiais



Roosevelt Pinheiro

UNIDADE Momento é de fortalecer combate à violência, diz Mercadante

civis e militares foram mortos. Ele atribuiu a escalada dos atentados ao Primeiro Comando da Capital (PCC), organização criminosa que estaria se insurgindo contra o maior rigor aplicado pelo governo e pela Justiça no chamado regime prisional – isolamento de líderes de quadrilhas, fiscalização do uso de celulares, entre outras medidas. Para Mercadante, o próprio Congresso Nacional está sendo pressionado, já que normas ainda mais duras para conter a ação desses líderes estão para ser aprovadas.

Em debate, mais recursos para regiões pobres

O projeto de Fernando Bezerra (PTB-RN) que possibilita que as entidades vinculadas ao Sistema "S" gerenciem seus recursos em bancos federais de caráter regional levou a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a debater a necessidade de descentralização dos recursos

para atendimento das regiões pobres. Pedido de vista coletiva adiou a votação para a próxima semana.

A matéria (PLS nº 26/96) contou com o apoio de todos os senadores. Almeida Lima (PDT-SE) anunciou que vai apresentar emenda para que os bancos

estaduais também possam movimentar os recursos das organizações de serviços sociais e de formação profissional vinculadas às confederações patronais integrantes do sistema "S", como os Serviços Sociais do Comércio e da Indústria (Sesc e Sesi) e os Serviços Nacionais do

Comércio e da Indústria (Senac e Senai).

Defenderam o projeto Pedro Simon (PMDB-RS), Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), Ney Suassuna (PMDB-PB), César Borges (PFL-BA), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Aloizio Mercadante (PT-SP).



Roosevelt Pinheiro

Costa critica urgência para projeto

Hélio Costa (PMDB-MG) registrou sua indignação contra a aprovação, em regime de urgência, do projeto que limita a aplicação de redutor sobre os saldos credores dos concessionários de energia elétrica na conta de resultados a compensar (CRC). Já sancionada pelo presidente da República, a matéria (PLC nº 16/03) foi aprovada sem a incorporação de emenda oferecida pelo senador, que pretendia beneficiar não só as empresas de energia de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Alagoas e Goiás, mas também as de Minas Gerais, Piauí, Paraná e Distrito Federal.

– Trata-se de um ato, no mínimo, deselegante – afirmou Hélio Costa, acusando os líderes partidários de terem esperado sua ausência na Casa (a matéria foi votada na semana passada, quando o senador estava em missão oficial à ONU) para aprovar a urgência.

Conforme considerou, a iniciativa aprovada só deverá beneficiar, com a liberação de R\$ 5 bilhões, as concessionárias de energia elétrica "que não foram competentes na gestão de suas contas e se endividaram".

Em resposta, o 2º vice-presidente do Senado, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), disse que a votação da matéria em regime de urgência foi objeto de acordo das lideranças.



José Cruz

AUSÊNCIA Hélio Costa estava em missão oficial quando projeto foi aprovado sem sua emenda



Waldemir Rodrigues

DIVISÃO Preocupados com os efeitos da proposta, Suassuna e mais nove senadores votaram contra ela

Cobertura de transplantes poderá ser obrigatória

Projeto de Antero Paes de Barros é aprovado por 11 votos a 10 pela Comissão de Assuntos Econômicos

Em decisão terminativa, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, por 11 votos a 10, projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) e os planos de saúde a cobrirem transplantes de órgãos, seja no Brasil ou no exterior. A votação da proposta, que recebeu parecer favorável do relator Mão Santa (PMDB-PI), somente foi desempatada pelo presidente da CAE, Ramez Tebet (PMDB-MS). O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou que apresentará recurso para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

De acordo com Mão Santa, o mérito da proposta (PLS nº 142/00) é substantivo, tendo



Genardo Magalhães

ABRANGÊNCIA Antero propõe que SUS e planos de saúde paguem transplantes de órgãos

em vista que garante acesso aos transplantes do maior número possível de pessoas. Ele argumentou que o SUS já se esforça para ampliar a capacidade dos estabelecimentos públicos, custeando atualmente 80% dos transplantes realizados.

O relator considera ainda que a cobertura dos transplantes pelos planos e seguros de saúde reafirma a responsabilidade da iniciativa privada na assistência complementar à saúde,

como definido constitucionalmente.

Mesmo reconhecendo o mérito da proposta, Ney Suassuna (PMDB-PB) declarou voto contrário, já que os planos de saúde estão em situação financeira delicada.

Seguro

Os senadores da comissão aprovaram terminativamente e por unanimidade projeto do senador Ney Suassuna que determina prioridade para a restituição ao segurado de prêmio de seguro no caso de falência ou liquidação de empresas seguradoras. Se não houver recurso à decisão da CAE, a matéria poderá seguir diretamente para votação na Câmara.

O relator Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse que a proposta (PLS nº 612/99) é coerente com o princípio da equidade, pois os credores de indenização de seguros já têm esse privilégio. Suassuna observou que a proposta busca fazer justiça e dar mais segurança aos que procuram os serviços de seguros.

ATUALIZAÇÃO Romeu Tuma é autor de projeto que beneficia os estados

Novas regras para cálculo de endividamento

Por unanimidade, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que altera o critério de cálculo da receita corrente líquida dos estados e municípios, o que, na prática, altera a base para enquadramento e pagamento das dívidas pelos estados. A matéria segue para análise do Plenário.

A proposta foi aprovada na forma de substitutivo de César Borges (PFL-BA), favorável ao Projeto de Resolução nº 9/03, de Romeu Tuma (PFL-SP). Ela determina que o cálculo da receita corrente líquida seja realizado com base na atualização mensal das receitas arrecadadas pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), o que teria efeito retroativo, referente ao exercício de 2002.

– A apuração da receita corrente líquida, como é realizada hoje, sem a devida atualização monetária, subestima o nível real de receita dos entes da Federação – explicou o relator.

O substitutivo dá ainda aos estados e municípios prazo de quatro quadrimestres para, com base nos novos cálculos, se ajustarem aos limites de dívida consolidada determinados nos contratos de refinanciamento das dívidas e nas resoluções do Senado.

Romeu Tuma disse que a filosofia de sua proposta está de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, tornando compatíveis os cálculos sobre os fluxos reais de receitas e despesas. Já o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), ponderou que a indexação não espelha a evolução da arrecadação, mas apoiou a proposta. Hélio Costa (PMDB-MG) advertiu que o problema agora corrigido vem inviabilizando as finanças de estados e municípios.

HOMENAGEM

O falecimento da escritora foi lembrado com manifestações de vários senadores que ressaltaram a importância da obra da primeira mulher a ocupar uma vaga na Academia Brasileira de Letras

Voto de pesar pela morte de Rachel de Queiroz

MARCO MACIEL



"Perde a literatura e perdemos as brasileiras um exemplo de luta pela plena inserção da mulher na nossa sociedade"

ANTONIO CARLOS



"Era competente em todas as atividades que exerceu. Foi uma das maiores figuras do romance brasileiro"

TIÃO VIANA



"Rachel de Queiroz, com *O Quinze*, é um retrato perfeito da regionalidade brasileira. Ela é o orgulho do povo brasileiro"

PATRÍCIA SABOYA



Amiga da escritora, expressou seu sentimento de perda de "uma das mais importantes escritoras e intelectuais do Brasil"

NEY SUASSUNA



"Ela não foi apenas escritora e acadêmica, mas também grande intelectual, cronista, jornalista e militante política"

VALADARES



"Foi uma das maiores escritoras do país e pontificou na vida literária por retratar o sofrimento do nordestino"

Senadores destacam a obra da escritora, jornalista e acadêmica que faleceu ontem aos 92 anos

O Senado aprovou ontem, a requerimento do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), voto de pesar pela morte da escritora, jornalista e acadêmica cearense Rachel de Queiroz. Ela faleceu ontem na cidade do Rio de Janeiro devido a falência múltipla dos órgãos. Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Patrícia Saboya (PPS-CE) também apresentaram requerimento lamentando a morte da escritora.

Jereissati ressaltou que Rachel de Queiroz soube, como poucos, descrever a força do homem nordestino. Descendente do escritor José de Alen-



CAPACIDADE Segundo Jereissati, a escritora soube descrever a força do nordestino

car, ela estava voltada para a realidade nordestina desde seu primeiro romance, *O Quinze*, escrito quando contava com apenas 20 anos.

O senador relatou que na segunda-feira à noite, respondendo a um amigo sobre sua saúde, Rachel de Queiroz comentou que só não se sentia melhor porque não estava no seu Ceará. Tasso Jereissati informou que está requerendo

"Perdemos um símbolo", afirma José Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que a tristeza pela morte de Rachel de Queiroz não era apenas da Academia Brasileira de Letras, de que ela fazia parte. "A comoção é do país inteiro, porque nós perdemos um símbolo, um ícone, a escritora mais importante do século 20 e deste século que estamos começando".

De acordo com Sarney, enquanto o Brasil tiver história literária, um "espaço extraordinário será dado à escritora cearense", que, em toda a sua vida, se doou totalmente ao ofício de escrever. Ele a definiu como uma mulher inovadora que, em 1930, publicou o romance *O Quinze*, inaugurando um novo ciclo da ficção brasi-



MUDANÇA Para Sarney, a escritora iniciou a renovação da literatura ao publicar *O Quinze*

leira e "buscando nas fontes populares o barro do seu trabalho e da sua inspiração".

Sarney também registrou que, já no fim da vida, quando todos os escritores perdem a inspiração do início de suas carreiras, Rachel de Queiroz surpreendeu com o lançamen-

também sessão especial do Senado para homenagem póstuma à escritora, a primeira mulher a integrar a Academia Brasileira de Letras (ABL).

O vice-presidente da Casa, senador Paulo Paim, disse que a Mesa se associava às homenagens. Para ele, a escritora está entre aqueles nomes que o país jamais esquecerá, por sua preocupação com as questões sociais.

Inovações

Quatorze senadores participaram da homenagem. Os parlamentares destacaram a riqueza da obra da escritora, sua militância política, as inovações que introduziu na literatura brasileira, sua humildade, simplicidade e generosidade.

Também foi lembrada a fidelidade da escritora à sua terra natal, mesmo tendo se mudado para o Rio de Janeiro, e sua capacidade de retratar o sofrimento do homem nordestino.

SÉRGIO CABRAL



"Quando Rachel de Queiroz escreveu *O Quinze*, a mulher brasileira ainda não tinha sequer direito a voto"

ALOIZIO MERCADANTE



Ressaltou a contribuição de Rachel de Queiroz como escritora, militante política atuante e cidadã

PAULO PAIM



"Rachel é um daqueles nomes que o país jamais há de esquecer, principalmente por sua preocupação com questões sociais"

ROBERTO SATURNINO



Elogiou o "fabuloso percurso" da escritora cearense, durante o qual abriu caminhos na literatura

FERNANDO BEZERRA



Classificou a escritora Rachel de Queiroz de gênio, destacando seu romance de estréia *O Quinze*

ALBERTO SILVA



Lembrou encontro com Rachel de Queiroz na inauguração da rede que levou energia elétrica à fazenda Não Me Deixes, da escritora

Escritora foi pioneira no romance regional

Exatos 26 anos depois de ter tomado posse como a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL), a professora, jornalista, cronista, teatróloga e, principalmente, escritora Rachel de Queiroz faleceu ontem no Rio de Janeiro. Pioneira do chamado romance regional, Rachel de Queiroz projetou-se, com apenas 20 anos, na literatura nacional com *O Quinze*, que trata do sofrimento do sertanejo com a dura seca de 1915.

O romance, que acabou tendo forte repercussão nos meios intelectuais das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, foi editado às custas da própria autora.

A consagração veio com o Prêmio da Fundação Graça Aranha, que lhe foi concedido em 1931, ano de sua primeira distribuição oficial. Em 1932, publicou um novo romance, intitulado *João Miguel*; em 1937, retornou com *Caminho de Pedras*. Dois

anos depois, conquistou o prêmio da Sociedade Felipe d'Oliveira, com o romance *As Três Marias*.

Rachel de Queiroz deixa uma obra extensa. São cinco livros de crônicas, duas peças de teatro e três livros dedicados ao público infante-juvenil, além de oito romances. O último deles a tornou ainda mais popular: *O Memorial de Maria Moura*, em 1992, transformado em série televisiva de grande sucesso.



Roosevelt Pinheiro

Eduardo quer recursos do BNDES investidos no Brasil

COMPETÊNCIA Presidente tem demonstrado capacidade administrativa, afirma Maguito

Maguito aponta prestígio de Lula no exterior

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) elogiou ontem, em Plenário, a atuação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem repercutido positivamente no exterior. Ele citou pesquisa feita pela Escola de Negócios de Miami com 537 representantes da elite econômica das Américas, que apontou Lula como o líder mais respeitado do continente, à frente inclusive do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush.

– A presença de um líder respeitado é a maior garantia que um investidor pode querer na hora de definir onde vai colocar seu dinheiro e gerar empregos – disse Maguito.

Em apartes, os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) criticaram os anúncios de ajuda a Angola feitos pelo presidente.

Na opinião de Maguito, Lula provou, em dez meses, sua capacidade administrativa, equilibrando a economia, implementando um necessário ajuste fiscal e fazendo avançar reformas fundamentais para o país.

Vinícola

O senador registrou ainda a inauguração da Vinícola Centro-Oeste na cidade de Santa Helena (GO), que acaba de iniciar a produção de vinho tinto com a safra colhida neste ano.

■ Senador critica proposta do governo de destinar verbas do banco a outros países

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) criticou os freqüentes anúncios do governo de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concederá financiamentos a outros países, ao mesmo tempo em que no Brasil “não há dinheiro nem para tapar buracos de rodovias”. Ele observou que em quase todas as viagens do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à América Latina e à África foram anunciados financiamentos do banco para obras no exterior.

– Anunciou-se 1 bilhão de dólares para a Argentina. Outro para a Venezuela e mais algu-



Roosevelt Pinheiro

DÚVIDA Eduardo questiona a “fatura de dinheiro” para os países visitados por Lula

ma coisa para Cuba. Agora, o presidente viaja à África e se anuncia financiamentos do BNDES para obras de infraestrutura. Ora, gostaria que o presidente viajasse ao Tocantins e levasse o BNDES com ele. Quem sabe assim possa sair al-

gum dinheiro para nossas paralisadas obras – argumentou.

Depois de afirmar que tem evitado críticas contundentes ao governo, inclusive por ocupar o cargo de segundo-vice-presidente do Senado, apesar de pertencer à oposição, Eduardo lembrou que os países africanos visitados por Lula têm população próxima aos 70 milhões de pessoas. No entanto, existem no Brasil 76 milhões de afro-descendentes “que não estão sendo visitados em profundidade pelo governo”.

O senador observou que não estava criticando as viagens ao exterior e disse concordar com a postura de Lula de aproximação com os países da América Latina e da África. O que ele questiona é “a fatura de dinheiro” do BNDES para os países visitados, enquanto faltam recursos para retomar o desenvolvimento nacional.

João Ribeiro defende nova legislação para o setor de telecomunicações

O senador João Ribeiro (PFL-TO) defendeu ontem a total revisão do sistema regulatório e da legislação das telecomunicações no Brasil. Conforme disse o parlamentar, a expectativa gerada pela privatização resultou em uma grande frustração, pela ineficiência da agência reguladora do setor, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), e pela omissão do governo federal.

– Gostaria de ver essa matéria sendo rediscutida aqui no Senado, no Plenário e nas comissões apropriadas – afirmou.

Para João Ribeiro, o foco na legislação deve ser o aperfeiçoamento do atendimento ao usuário. “Depois de início pro-



Roosevelt Pinheiro

RESULTADOS Para João Ribeiro, expectativa com privatizações resultou em grande frustração

missor, os serviços se deterioraram e o atendimento ao público piorou. Vieram então os aumentos abusivos de tarifas, que levaram à inadimplência e aos cortes no serviço, além do abuso que é a inclusão do no-

me dos consumidores inadimplentes nos cadastros de restrição ao crédito.”

Ribeiro informou que vai apresentar projeto de lei para proibir o uso de dados cadastrais de terceiros por pessoas físicas e jurídicas, a fim de impedir abusos como os que estariam sendo cometidos por empresas telefônicas.

Segundo o senador, mais grave ainda do que o descompasso entre os preços das tarifas e a má qualidade dos serviços é a baixa qualidade do atendimento oferecido, tanto na operação do serviço quanto no encaminhamento dos problemas nos postos de atendimento das concessionárias.



José Cruz

MUDANÇA Órgão deve voltar sob um novo modelo, conforme Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo cobra a recriação da Sudam

Ao informar que a comissão especial da Câmara dos Deputados responsável pela análise do projeto de lei complementar que recria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) realizou, segunda-feira, audiência pública na sede da Assembléia Legislativa do estado de Roraima, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) defendeu a rápida aprovação da proposta para que os estados da região possam voltar a contar com um instrumento de desenvolvimento regional.

A audiência, observou, contou com a participação de vários representantes do setor empresarial e da política do estado. A comissão especial da Câmara, presidida pelo deputado Átila Lins (PPS-AM), também realizou audiência pública ontem em Manaus (AM).

– A importância da recriação da Sudam sob um novo modelo é importante para todos os estados da Amazônia Legal, mas principalmente para os estados periféricos, como o Acre, Rondônia, Amapá e Roraima. Os estados menores e mais pobres são os que mais precisam dos benefícios da Sudam, já que não foram atendidos adequadamente pelo modelo antigo daquela superintendência – afirmou o senador Mozarildo Cavalcanti.

Ana Júlia ressalta dados do Greenpeace sobre desmatamento

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) registrou que o Greenpeace divulgou em Belém (PA) dossiê, intitulado “Pará, estado de conflito”, sobre agressões ao meio ambiente ocorridas naquele estado. O dossiê, afirmou, demonstra “a dilapidação da maior reserva de madeira

nobre do Brasil” e é um “alerta a todos aqueles que defendem um modelo de desenvolvimento sustentável”.

Ana Júlia informou que o estado ocupa-se principalmente da região conhecida como “Terra do Meio”, área de florestas entre os rios Xingu e Tapajós e

a região em torno dos municípios de Porto de Moz e Prainha. Para dar uma idéia do que significa a exploração ilegal de madeira, a senadora disse que em 2002, enquanto o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) autorizava o des-

matamento de uma área de apenas 5.342 hectares, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) detectava a destruição de 523.700 hectares.

Segundo o dossiê, salienta Ana Júlia, “fazer referência ao Pará em termos típicos de uma guerra não é exagero”.



Roosevelt Pinheiro

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma